

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E IMIGRAÇÃO NO ESTADO DE RORAIMA

Maria Socorro Alves de Souza¹
Maria de Lourdes Sousa Gomes²

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência vinculado a ação de extensão no campo da educação não formal, realizada com professores e professoras indígenas das etnias Warao e E'ñepá originários da Venezuela. A ação de caráter colaborativo envolveu o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima e o Projeto Social Casa de Los Niños. Teve como objetivo promover a discussão sobre a importância da educação intercultural, tendo como centralidade a criança e o adolescente indígena em situação de imigração no Brasil. A metodologia consistiu no processo construtivo com enfoque no planejamento participativo, em que ocorreu a definição de temas, conteúdos e atividades. Foram realizadas nove oficinas pedagógicas, dentre essas, destacamos as seguintes temáticas: Quem são os Warao e E'ñepá (História, cosmologias, línguas, manifestações socioculturais, tradições e costumes); Educação indígena com os Warao e E'ñepá: Construindo materiais didáticos e metodológicos. Quanto aos eventos foram tratados temas tais como, Educação Intercultural: Culturas e infâncias indígenas em contexto de imigração e refúgio de venezuelanos em Roraima; O Direito humano de imigrar e de pedir asilo, e a condição de indígenas em situação de refúgio no Brasil. As atividades propostas, tiveram a finalidade de propiciar a reflexão teórica e prática sobre o trabalho com imigrantes indígenas. Desta forma, percebemos o quanto foi profícuo a troca de experiências e possibilidades pedagógicas de ressignificação que perspectivam a diversidade sociocultural com efeitos multiplicadores na educação, e no fortalecimento identitário dos povos indígenas em situação de refúgio em Roraima.

Palavras-chave: Educação intercultural, Imigrante, Indígena, Professores, Roraima.

INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência teve como base o Projeto de Extensão intitulado: Educação, Saúde e interculturalidade: Metodologias e saberes em contexto de migração de Venezuelanos indígenas em Boa Vista/Roraima. A ação resultou da parceria entre os professores dos cursos de Pedagogia, e do Projeto Social Casa de Los Niños que desenvolveu atividades educativas informais, com crianças e adolescentes

¹ Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima. Doutora pelo Programa Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. .E-mail: socorroalves2000@yahoo.com.br

² Professora Doutora do Curso de Ciências e Tecnologia –FACET da Universidade do Pará. E-mail: lousog@gmail.com.br

das etnias Warao e E'nepá em um abrigo de migrantes indígenas, localizado na periferia da cidade da cidade de Boa Vista do estado de Roraima.

A atividade de extensão caracterizou-se como ação colaborativa, e teve como objetivo a realização de eventos e oficinas pedagógicas na área da Educação intercultural, com a finalidade de promover, a formação de professores indígenas venezuelanos em espaços de educação não formal.

Cabe destacar, que o processo migratório de venezuelanos para o Boa Vista, iniciou em meados do de 2014, no contexto de instabilidade econômica, social e política na Venezuela. O fluxo migratório ocorreu por meio da fronteira na divisa de Santa Helena do Uiarén com o município de Pacaraima no Brasil. Assim, o deslocamento dos venezuelanos, foi marcado inicialmente, por um número significativo de pessoas que chegavam e ficavam desabrigadas nas ruas, vivendo em situação de vulnerabilidade social e na condição de migrantes e refugiados.

Neste contexto, o poder público, foi acionado por entidades ligadas aos direitos humanos e instituições sociais, no sentido de intervir, face a situação dos migrantes venezuelanos. Assim, o estado adotou ações destinadas a esse público, com a criação de abrigos improvisados, os imigrantes foram colocados em espaços para o atendimento de suas necessidades elementares, tais como: acesso a água, a comida, a saúde e orientações pertinentes a situação de migração no Brasil.

Segundo Rodrigues (2012, p. 37), “migrar significa transitar por diferentes nacionalidades e culturas que podem disseminar novas ideias e práticas sociais”. No entanto, o imigrante é percebido na maioria das vezes como um estanho pela sociedade local, levando-o, a ressignificar certos elementos culturais, como estratégia de aceitação na nova sociedade.

Diante do intenso processo de deslocamento migratório da Venezuela para o estado de Roraima, foram observados impactos na sociedade roraimense, em decorrência do encontro intercultural, ocorreram algumas situações pontuais de xenofobia e preconceitos em relação aos migrantes. Mas, no decorrer do tempo e das medidas de proteção e acesso aos direitos sociais, paulatinamente vem sendo reduzidas atitudes de intolerância contra os migrantes. Em face, desses processos de contato intercultural, foi perceptível a ressignificação cultural na vida dos venezuelanos indígenas e não indígenas que habitam o Estado de Roraima.

A migração sistemática dos venezuelanos para o Brasil, ocorre por diversas motivações, desde as relacionadas à crise política, econômica e social no país de

origem, a busca de melhores condições de vida em território brasileiro. A presença do migrante, tende a caracterizarem-se pela diversidade e, nesse mosaico cultural as relações interculturais, transculturais e identitárias, constituem-se e intensificam-se. É nesse sentido, que podemos situar a presença indígena venezuelana, em meio a uma parcela significativa de não indígenas, que deixaram suas terras originárias em busca de acesso ao trabalho, a educação, a saúde e moradia em terras brasileiras.

No entanto, a situação de migrante é quase sempre marcada pela exposição à situação de vulnerabilidade e xenofobia por parte de determinadas pessoas, que não compreendem a necessidade da adoção de políticas de acolhimento e atendimento social, a esses povos que se encontram em situação de risco.

Dessa forma, o crescente fluxo migratório em Roraima, levou a adoção de políticas de assistência humanitária, a colocação de abrigos em pontos estratégicos da cidade e, posteriormente a adoção de uma política de interiorização, isto é o encaminhamento de migrantes para outros estados da federação.

Cabe destacar, que os migrantes venezuelanos que ficaram na cidade de Boa Vista a despeito dos direitos a assistência social e locais de acolhida que passaram a ter acesso, através das instituições e entidades tais como Fraternidade, ACNUR, Secretaria do Trabalho e Assistência Social, vivenciaram no início da migração, incertezas geradas pela conjuntura política e econômica no qual o Brasil encontrava-se submerso.

Em visita ao abrigo de indígenas originários da Venezuela, em meados de abril de 2018, observamos a presença significativa de crianças e adolescentes em idade escolar, realidade que nos chamou a atenção e sensibilizou, para a proposição de uma ação de extensão, direcionada aos participantes do Projeto Social Casa de Los Niños.

O Projeto de extensão definiu como princípio a concepção de que os povos indígenas têm o direito de educar crianças e adolescentes em conformidade com seus ciclos de vida, língua, cultura, costumes e tradições. E nenhuma criança deve ser privada de acesso à educação escolar formal ou informal, pois trata-se de um direito previsto no ordenamento jurídico brasileiro tais como: a Constituição Federal de 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 /1990), e nas leis e tratados internacionais destinados a pessoas em situação de migração e refugio.

METODOLOGIA

A ação de extensão ocorreu a partir da articulação de um grupo de professores e professoras dos cursos de Pedagogia e Psicologia do Centro de Educação da

Universidade Federal de Roraima. O Projeto de extensão surgiu da parceria com o Projeto Social Casa de Los Niños que realizava atividades educativas, informalmente, com crianças indígenas das etnias Warao e E'ñepá da Venezuela.

A ação de extensão teve como princípio fundante o reconhecimento, que os povos indígenas têm o direito de educar as crianças e adolescentes em conformidade com sua cultura, hábitos e tradições. Assim, a ação de extensão foi destinada aos professores indígenas das etnias Warao e E'ñepá originários da Venezuela e voluntários do Projeto Social Casa de Los Niños.

Nesse sentido, foram realizadas através do Projeto de extensão, nove oficinas pedagógicas com a carga horária de 20 horas semanais para cada oficina, perfazendo o total de 180 horas. Os conteúdos temáticos consistiram na abordagem dos seguintes pontos: Quem são os Warao e E'ñepá: história, cosmologias, manifestações socioculturais, tradições, costumes, línguas); Educação Indígena com os Warao e E'ñepá: Construindo materiais didáticos e metodológicos; Direitos dos povos indígenas, migrações e refúgio; saúde indígena e infância; Enfrentamento da Exploração sexual de crianças e adolescentes; Prevenção ao uso de álcool; Dinâmica de Grupo; Drogas e Arte indígena.

As oficinas pedagógicas foram coordenadas por uma professora antropóloga da Universidade Central da Venezuela, que participou da Conferência de Abertura do evento, e das oficinas citadas. A professora profunda conhecedora das etnias Warao e E'ñepá contribuiu com a discussão teórica e metodológica no trabalho direcionado a alfabetização com crianças e adolescentes indígenas.

Destaca-se a participação de 25 pessoas nas oficinas, sendo 12 professores das etnias Warao e E'ñepá e 13 pessoas voluntárias e profissionais de áreas afins. Podemos afirmar que a atividade de extensão que envolveu diferentes atores sociais, favoreceu o diálogo multidisciplinar, contribuindo assim para a visibilidade e relevância dos povos originários em contextos migratórios e de diversidade cultural, na esfera do direito e das políticas públicas necessárias a inclusão desses grupos considerados em situação de vulnerabilidade social.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em breve sobrevoo sobre a Amazônia, o estado de Roraima desponta como um espaço inventado, múltiplo e diverso, lugar de multietnicidade, o mais setentrional do

Brasil. Espacialidade de tríplice fronteira com a Venezuela e Guiana inglesa. Assim, os povos habitantes do solo sagrado de Makunaíma, possuem identidades específicas no que se denominou *circum* Roraima, expressão de etnoculturas em espaços povoados de representações e simbolismos fincados na ancestralidade dos povos originários.

Nesse lugar singular de múltiplas culturas que se encontra o imponente e majestoso Monte Roraima, denominado de Tepuy Roraima, que está localizado no norte da América do Sul, na parte leste do planalto das Guianas, na serra de Pacaraíma, na região do planalto coberto pela *Gran Sabana*. Tem a forma de platô e divide-se entre três países: Brasil a leste, Guiana ao norte e Venezuela ao sul e oeste (SOUZA, 2016).

O Estado de Roraima está situado na região norte do Brasil e ocupa uma área aproximada de 224,228 mil, km². Tem por limites a Venezuela ao norte e nordeste, Guiana ao leste, Pará ao sudoeste e Amazonas ao sul. Considerado o estado mais setentrional da federação, com uma população de 636.303 mil pessoas, é o 5º com maior número populacional de indígenas, correspondendo a 15, 29 % do total de habitantes do estado (IBGE, 2022).

Becker (2009), afirma que, o espaço de fronteira se constitui em espaço geográfico, territorial e estratégico para a Amazônia em virtude dos fluxos e redes transfronteiras que sustentam a riqueza circulante enquanto estratégia geopolítica. É nesse cenário que a migração Venezuelana ocorre marcadamente de modo intenso pelos deslocamentos realizados pelos indígenas e não indígenas para o Brasil.

Santos (2012, p. 87), destaca que a migração é um fenômeno observado em diversas partes do mundo e vem ganhando destaque nas diversas esferas política, econômica e cultural, influenciando nas dinâmicas de decisão e demarcando as sociedades nas suas características e formalidades. Nesse sentido, para a autora, a migração configura-se como deslocamento a nível nacional e internacional, constituindo-se, em redes sociais de trabalho e encontro de interculturalidades.

De acordo com a Acnur (2023), no Brasil a Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017, conhecida como a Lei de Migração, disciplinou a migração no país e estabeleceu princípios e diretrizes para as políticas públicas para o imigrante. A referida lei define os direitos e os deveres do migrante e do visitante, bem como regula a sua entrada e estada e define o acesso e o direito as políticas públicas no Estado brasileiro.

Nesse sentido, a migração de venezuelanos para o Brasil teve início no ano de 2014, décadas antes do surgimento da lei de migração, com destino inicial ao município de Pacaraima que faz fronteira com Santa Helena do Airén, cidade Venezuelana e Boa

Vista, capital do Estado de Roraima. Para Castro(2000), o processo migratório, intensificou-se com a chegada da etnia Warao, povo indígena originário da região do Delta da Venezuela que habita a séculos as margens do rio Orinoco, no Estado de Amacuro e regiões adjacentes dos estados de Bolívar e Sucre.

De acordo com Heinen Y Ruddle (2011), Warao é uma autodenominação que significa “gente de canoa”, não importa a sua procedência, são pescadores e coletores, que tornaram-se a cerca de 70 anos, horticultores cujas comunidades de palafitas, localizam-se nas zonas costeiras e fluviais. Segundo o Censo indígena de 2011 o povo Warao é a segunda maior etnia da Venezuela com 49 mil pessoas (ACNUR, 2021). As famílias são matrilineares e extensivas, mesmo conduzidas pelos homens e as mulheres participam ativamente das decisões do grupo.

Outra dado observado em relação a esse povo, é que dependendo da localização, são significativamente diferentes entre si, isto é apresentam características particulares e heterogêneas. Os Warao do Delta ocidental e sul oriental ao longo de décadas vem experimentando mudanças culturais provocadas por diferentes causas, como observa (SOUZA, 2018), a construção de obras de infraestrutura para agricultura por parte das agências de governo em áreas indígenas tem levado a problemas relacionados a deterioração das condições de subsistência; a invasão de suas terras por parte de agricultores pecuaristas , petroleiros e narcotraficantes. Esse quadro em grande parte tem sido responsável pelos deslocamentos internos para a área urbana e externos, processos migratórios internacionais, em grande medida pela falta de políticas públicas para as populações indígenas (ACNUR, 2021).

Segundo a agencia da ONU para refugiados (ACNUR) EM 2014 cerca de 4 mil pessoas da etnia Warao entraram no Brasil e foram designados como migrantes e refugiados. Nesse sentido, cumpre destacar, o reconhecimento contido na Constituição Federal de 1988 que os estrangeiros no Brasil devem ser protegidos constitucionalmente tendo como fundamento os princípios da dignidade da pessoa humana, como pode ser observado no art. 5º -Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”(CF/1988).

Outra etnia originária da Venezuela são os Eñepá que estão localizados no extremo oeste do Estado Bolívar e a norte com o Amazonas. O idioma falado por esse povo é o panare pertencente ao tronco lingüístico caribe. Com uma população

estimada em 4000 habitantes , os inevitáveis contatos com os não indígenas provocou mudanças culturais e linguísticas, derivados do contato com outros povos.

Consideramos que a abordagem sobre a formação dos povos indígenas não pode prescindir das esferas da vida social e histórica, representadas nas formas de organização política, econômica e cultural desses povos. Posto que, os povos indígenas são detentores de cosmologias, língua, crenças e costumes. Este é, por certo, um ponto central para a nossa reflexão: as diversas percepções dos povos indígenas e o simbolismo presente no modo como são retratadas esses povos na relação intercultural.

As cosmologias revelam formas de significar o mundo, proporcionando sentido às coisas existentes e viventes. Interpretar as formas de representações decorrentes das visões de mundo dos povos indígenas nos remete a compreensão de um simbolismo a partir da dimensão simbólica e espiritual desses povos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os eventos realizados contaram com a participação de professores das áreas da educação/CEDUC/UFRR, educação intercultural do INSIKIRAN/UFRR, antropologia/Venezuela, CONECTAS/SP e da área de saúde e Assistência Social. O evento intitulado: Seminário de Educação, cultura e infância indígena em contextos de imigração e refúgio de Venezuelanos em Roraima, contou com a participação de diversos profissionais da educação, saúde, dos movimentos ligados aos direitos humanos, da área da criança e adolescente e da comunidade em geral.

A metodologia utilizada foi a adoção de oficinas pedagógicas intituladas: Quem são os Warao e E'ñapa (História, cosmologias, línguas, manifestações socioculturais, tradições e costumes) e a Educação indígena com os Warao e E'ñapa: Construindo materiais didáticos e metodológicos (Tradições orais, jogos tradicionais, artes visuais e interpretativas, conhecimentos tradicionais e suas expressões culturais, corporeidade, espiritualidade), as duas oficinas foram coordenadas por uma professora antropóloga da Universidade Central da Venezuela.

Verificou-se, a partir das falas dos presentes no evento, a ênfase nos desafios e enfrentamentos do Estado, diante do contexto de migração no Brasil, e a importância da execução de políticas sociais inclusivas, principalmente as destinadas aos povos originários que apresentam especificidades históricas e culturais e que dependem das ações governamentais para sua existência e sobrevivência em solo brasileiro.

As oficinas tiveram a finalidade de abordar a história das duas etnias indígenas em suas vertentes históricas, mitológicas e socioculturais, como expressão e valorização dos saberes e conhecimentos ancestrais. E como objetivo específico, contribuir com subsídios teóricos e metodológicos para as práticas de educação indígena em espaço não formal

A discussão temática relacionada à imigração, a infância, direitos humanos e direitos dos povos indígenas, saúde e arte indígena mereceram destaque pela riqueza de informações e contribuições dos palestrantes nos temas propostos no projeto. Essas oficinas destacar tiveram em média a participação de 25 pessoas e ocorreram durante a semana e final da semana (sábado), o que possibilitou a presença de um público significativo de professores e voluntários do abrigo de migrantes indígenas.

Assim sendo, as atividades desenvolvidas foram avaliadas ao término da execução do projeto por meio da aplicação de um formulário de avaliação. Com base nas observações contidas no formulário, os participantes das oficinas pedagógicas destacaram positivamente o acolhimento da Universidade Federal de Roraima que através do curso de Pedagogia e Psicologia do Centro de Educação, proporcionaram aos participantes indígenas e não indígenas a troca de saberes e conhecimentos sobre a cultura dos povos indígenas da Venezuela que estão em Boa Vista na condição de migrantes e fugitivos. Para esses participantes, pensar uma proposta pedagógica em espaços escolar e não escolar no trabalho com indígenas, deve passar pelo reconhecimento social, histórico e cultural de cada povo que encontra-se na situação de migrante, vivendo uma outra cultura.

As oficinas tiveram como público alvo voluntários do abrigo de migrantes e os professores indígenas, o que foi considerado positivo, dado o compromisso desses em colaborar com a equipe do Projeto Social Casa de Los Niños na construção de uma metodologia de ensino, adequada à realidade sociocultural desses povos.

As oficinas contaram com a participação de 12 a 25 pessoas. Apontamos algumas ocorrências que contribuíram para um público diminuto nas oficinas, tais como: campanhas de vacinação, tiragem de documentação na Polícia Federal, reuniões com entidade, consultas médicas dentre outras. Apesar de o cronograma das oficinas ter sido encaminhado através de ofício com antecedência, a Coordenação da Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social e Fraternidade, instituição e entidade não governamental, responsáveis na época pela administração do Abrigo de Imigrantes indígenas, nos deparamos com esses motivos justificáveis, visto que dependiam de autorização

superior para atividades externas, principalmente quando os militares assumiram a administração que passou a ser mais rigorosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização das Oficinas pedagógicas direcionadas aos professores indígenas e voluntários do Projeto Social Casa de Los Niños envolveu uma logística desde transporte diários, durante o período de realização da programação, alimentação, materiais didáticos e pedagógicos necessários a realização das atividades propostas em cada oficina realizada. Cabe ressaltar que o projeto não teve financiamento, o que significou apoio restrito da Universidade Federal de Roraima.

Em síntese, as atividades desenvolvidas foram avaliadas ao término da execução do projeto por meio de um formulário de avaliação. Com base nas avaliações realizadas pelos participantes das oficinas pedagógicas merece destaque as observações pertinentes o acolhimento da Universidade Federal de Roraima que através do curso de Pedagogia e Psicologia do Centro de Educação na realização de eventos relacionados a discussão e o debate sobre a migração no Brasil e especificamente em Roraima.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João L. P. A hipervulnerabilidade dos indígenas Warao no Norte do Brasil em tempos de pandemia. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento, [S. l.]*, v. 14, n. 02. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/962..> Acesso em: 6 set. 2023.

ACNUR, Agência da ONU para Refugiados . Indígenas Warao Venezuelanos Refugiados no Brasil. Ministério da cidadania, Brasília Nov 2019 a Mar de 2021. <https://fmp.edu.br/dia-internacional-do-refugiado-e-a-legislacao-brasileira/>

ACNUR . Agência da ONU para refugiados. <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/legislacao/> acesso em 30 de agosto de 2023.

BECKER, Bertha k. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. RJ: Garamond, 2009.

CASTRO, Álvaro García. Mendicidade indígena: Los Warao Urbano. Boletín Antropológico N° 48. Enero-Abril, 2000, ISSN: 1325-2610. Centro de Investigaciones Etnológicas - Museo Arqueológico - Universidad de Los Andes. Mérida.

GONZÁLEZ MUÑOZ, J. G. Mitos sagrados de pueblos ancestrales. Exploración a los espacios de la memoria warao y pemón de Venezuela Paralellus, Revista de Estudos de Religião - UNICAP, v. 4, n. 8, p. 153–161, 2014.

HEINEN, Dieter H. Los Warao. In. Los aborígenes de Venezuela. Etnología contemporânea. Vol III. Monografía n°35. Ed Asistente, 2ª edición, 2011.

MOREIRA, E. Os Warao no Brasil em cenas: “o estrangeiro.”. *Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações*, 2018, n°2(2), 56–69.

OIM- Organização Internacional para as Migrações. Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil. Brasília: Organização Internacional para as Migrações(OIM),AgênciadadasNaçõesUnidasparaasMigrações,2018.

ONU – Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 10 de dezembro de 1948. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. acesso: 30/08/2023.

_____. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro:NaçõesUnidas,2008.Disponívelem<http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 23 ago 2017.

SANTOS, Alessandra R. In: RODRIGUES, Francilene S. PEREIRA, Mariana. C. (Orgs.). Estudos transdisciplinares na Amazônia Setentrional: Fronteiras, Migração e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2012.

SOUZA, J. H. Janokos brasileiros: uma análise da imigração dos Warao para o Brasil. *Boletim Científico Escola Superior Do Ministério Público Da União*, Brasília,n.52,p.7199,jul./dez. 2018.

RODRIGUES, Francilene S. PEREIRA, Mariana. C. (Orgs.) Estudos transdisciplinares na Amazônia Setentrional: Fronteiras, Migração e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2012.

YAMADA, Erika; OTERO, Guilherme Arosa. Humanos, indígenas e migrantes: aspectos jurídicos da migração de indígenas da Venezuela ao Brasil. In: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro. Migrações fronteiriças. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

